

AS MULHERES E AS PLANTA MEDICINAIS: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO CUIDADO E SUAS IMPLICAÇÕES

Flávia Charão Marques¹

Vinícius Cosmos Benvegnú²

Adriana Samper Erice³

Ana Paula De Carli⁴

Resumo: Tendo como foco processos de aprendizagens coletivas e de organização social de mulheres rurais motivadas pelo tema das plantas medicinais, em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, este trabalho problematiza a construção do cuidado ao outro como um papel feminino. O ponto de partida é observação de que esse ‘cuidado’ parece estar superando a esfera familiar, ampliando-se para o âmbito comunitário e mesmo global, na medida em que as mulheres ampliaram suas lutas pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento do seu trabalho até uma nova responsabilização pelas mudanças requeridas no padrão de desenvolvimento. Os grupos estudados têm na mobilização em torno da produção de remédios uma forma de ação que permite acessar outras questões de ordem política. Identifica-se que há reposicionamentos das mulheres frente à entrada no mundo produtivo e em direção à vida pública, mas também dinâmicas contraditórias que provocam sobrecargas de trabalho. Assim, há continuidades e descontinuidades no papel ‘cuidador’ da mulher, sendo que a doação de tempo, afetos, palavras e práticas, ainda, aparecem minimizadas diante do imperativo desenvolvimentista.

1 Dr. Desenvolvimento Rural, Professora, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. flavia.charao@pq.cnpq.br

2 Mestrando em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

3 Mestre Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

4 Mestre Desenvolvimento Rural, Bolsista Exp. CNPq, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Palavras chave: camponesas, desenvolvimento rural, aprendizagem coletiva.

Abstract: Focusing on processes of collective learning and social organization of rural women motivated by the theme of medicinal plants in different regions of Rio Grande do Sul (Brazil), this paper discusses the construction of ‘care for others’ as a female role. The starting point is the observation that this ‘care’ seems to be overcoming the family sphere, being extended to the community and even globally, once women broadened their struggles for gender equality and for the recognition of their work toward a new accountability that includes the requirements to change the development standard. The groups are organized around the remedies production, establishing forms of action that allow access other political questions. We identified a repositioning of women for the outside, with the entrance in the productive world and toward public life, but also contradictory dynamics that cause work overload. Thus, there are continuities and discontinuities in ‘caring role’ of the women, but the donation of time, affections, words and practices still appear minimized before the developmental imperative.

Keywords: peasants, rural development, collective learning.

1. Introdução

Este artigo propõe uma reflexão que está relacionada a pesquisas em andamento no âmbito do projeto “Mulheres e Biodiversidade: plantas medicinais, conhecimento e aprendizagem coletiva no Sul do Brasil⁵”. Os estudos, tomados em seu conjunto, contemplam construção de conhecimentos, aprendizagens coletivas e processos de organização social levados a cabo por mulheres rurais motivadas pelo tema das plantas medicinais⁶

5 Projeto que tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de edital compartilhado com os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) – Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA - Nº 32/2012.

6 Normalmente, são chamadas de medicinais espécies vegetais que contém um ou mais componentes fitoquímicos (princípios ativos) que são considerados terapêuticos quando utilizados por seres humanos ou animais, podem ter uso popular/tradicional consagrado e/ou evidências científicas de atividade biológica. As formas de utilização são as mais diversas, desde o uso direto de partes das plantas em infusos (chás) até a transformação em medicamentos fitoterápicos por meio de técnicas específicas. Aqui, ao fazer referên-

em diferentes regiões do Rio Grande do Sul (RS). A proposta de trabalho considera que há uma presença maciça das mulheres nos movimentos que reivindicam a legitimação das práticas populares em saúde; que os conhecimentos associados às plantas medicinais são reconhecidos como parte do universo feminino; e que, no contexto dos movimentos de mulheres camponesas, tem havido um processo de ampliação do escopo da discussão da saúde para o terreno ético-político da construção de cidadania e do feminismo.

O tema plantas medicinais colocado de forma geral, imediatamente, evoca uma série de assuntos correlatos, como: natureza, agroecologia, alternativa terapêutica, fitoterapia, medicamentos, práticas caseiras em saúde, saúde coletiva, tecnologia, mercado, biodiversidade, cultivo, religiosidade, gênero e um sem número de correlações que podem ser estabelecidas. Assim, também têm sido numerosas as mobilizações em torno do tema, abrangendo desde o debate nos domínios da ciência e tecnologia, até as reivindicações dos movimentos populares. Mesmo a partir de abordagens diversas, a temática faz parte de agendas de lutas e pautas de reivindicações de muitos movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimentos de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, sindicato de indústrias (químico-farmacêuticas), além, dos movimentos ecologistas e partidos políticos. Outros níveis de organização da sociedade também estão envolvidos com o tema, como Organizações Não Governamentais (ONG's) atuantes em áreas da saúde, agricultura, meio ambiente, sociedades científicas de distintas áreas do conhecimento, além, de vários setores do próprio Estado.

Considerando especificamente o Setor de Saúde do MST para o RS; o Coletivo de Mulheres do MPA; e a Coordenação Regional Litoral Norte do MMC, desde o início das pesquisas, em 2013, até o início de 2015, foram realizadas reuniões, entrevistas e diálogos com diversos interlocutores, além da participação e observação direta em encontros, feiras e eventos. Estas aproximações e o sistemático registro de informações e dados, aliados à análise de documentos recolhidos, dão suporte para as considerações, aqui, discutidas.

É importante ter presente que, relacionados aos três movimentos mencionados, estima-se mais de uma centena de grupos de mulheres cia a plantas medicinais, se está considerando como um tema agregador de diferentes dimensões como saúde, meio ambiente e cultura, ao qual, diferentes pontos de vista estão relacionados.

organizados em torno das plantas medicinais, evidenciando construções de gênero relacionadas às distintas formas de trabalho e atuação dos grupos. A ação social dos grupos em questão está impregnada (ou mesmo orientada) pelas questões feministas, mas também relacionada à luta pela soberania alimentar e pela conservação da biodiversidade. Neste sentido, ganha relevância a noção de que construções de gênero estão enraizadas em diferentes aspectos da vida social, e na construção de outras categorias socialmente significantes superando aquelas que envolvem classe ou etnicidade, bem como, o ser homem ou ser mulher (ECKERT; McCONNEL, 2006).

Contudo, para além de uma construção discursiva e da mobilização política, se observa que as mulheres estão estabelecendo práticas relacionadas também à geração de renda e à mudança da base tecnológica na produção agrícola; ambas justificadas e associadas ao que podemos tratar como construção do papel feminino do cuidado ao outro. O que passamos a problematizar é que tal ‘cuidado’ parece estar surgindo como um processo que, agora, supera a esfera familiar, ampliando-se para o âmbito comunitário e mesmo global, na medida em que se engajam em lutas mais amplas que a reivindicação pela igualdade de gênero ou o reconhecimento das mulheres no mundo produtivo e do trabalho. Com isto, nos colocamos a pergunta: cuidar é coisa de mulher? A questão é uma provocação para a reflexão, de modo que não pretendemos respondê-la propriamente, mas, trazer alguns aspectos sobre os papéis que vêm sendo assumidos pelas mulheres camponesas no sul do Brasil, cada vez mais inseridas nos mercados e responsabilizadas pelas mudanças requeridas no padrão de desenvolvimento que envolve a todos.

O texto apresenta, além desta introdução, quatro seções. A segunda traz para o debate a mobilização em torno das plantas medicinais como ponto de partida para construções e ações legitimadoras tanto da condição de mulheres camponesas, como a interpenetração de outras questões de ordem política e prática. Em seguida, a terceira seção apresenta alguns aspectos relativos à construção da categoria ‘cuidado’ como um papel feminino, contemporaneamente ampliado também para fora da esfera doméstica. Uma quarta seção vai discutir alguns reposicionamentos das mulheres frente sua entrada no mundo produtivo e em direção à vida pública, sendo observados aspectos que parecem imprimir algumas dinâmicas contraditórias que podem levar a sobrecargas de trabalho e, inclusive, novas formas de adoecimento. Finalmente, são tecidas algumas considerações a título de

concluir o presente artigo.

2. As plantas medicinais: um ponto de partida

A legitimidade do uso de plantas medicinais (e outras práticas complementares em saúde) é reconhecida tanto pela população através da cultura, tradição e costume, como pelas instituições, por exemplo, a OMS (Organização Mundial de Saúde) que, desde 1978, vem recomendando aos países membros a inclusão oficial da medicina tradicional⁷ em programas de saúde. No entanto, a maioria das reivindicações dos setores populares está intimamente ligada ao direito a sistemas e práticas de saúde que conduzam a uma maior inclusão e autonomia, ou seja, às questões relativas à cidadania.

As mulheres rurais, no sul do Brasil, estão organizadas de distintas maneiras, formalmente ou não. Algumas se organizam a partir da identidade de mulher, outras a partir dos temas da saúde, a exemplo daquelas mais relacionadas à Pastoral da Saúde, outras têm sua organização associada à luta pela terra e crédito, a exemplo dos grandes movimentos e federações sindicais do campo. As pautas das mulheres variam em cada um desses espaços, muitas vezes, se referem ao protagonismo em reivindicações políticas ou feministas mais especificamente, e, mais recentemente, à necessidade de inserção nos mercados e em processos produtivos. No entanto, esta dinâmica em direção à organização envolve uma complexa combinação de auto-categorização e engajamento em práticas sociais, na busca por legitimação das ‘mulheres camponesas’ frente aos enfrentamentos de hegemonias e exclusões historicamente a elas impostas.

Aqui, cabe salientar que dentro dos movimentos sociais do campo as pautas associadas às mulheres, a exemplo das plantas medicinais,

7 Medicina tradicional é um termo amplo utilizado para referir sistemas de medicina orientados por um repertório cultural específico. São várias as terapias que fazem parte dos sistemas, incluindo o uso de plantas medicinais, produtos de origem animal e mineral, além de terapias sem medicação, como a acupuntura. Em países onde o sistema sanitário dominante se baseia na medicina alopática ou onde a medicina tradicional não foi incorporada oficialmente, normalmente, ela é classificada como complementar, alternativa ou não convencional (OMS, 2002). No Brasil, em 2006, foi aprovada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006); e, em dezembro de 2008, o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos é oficializado e reconhece na fitoterapia uma prática terapêutica a ser oferecida pelo SUS; assim como, legitima o conhecimento tradicional e popular e as chamadas ‘farmácias vivas’, que são hortos com plantas de uso medicinal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

muitas vezes não alcançam grande visibilidade, normalmente não sendo assumidas nos discursos públicos desses movimentos. Esse fato demonstra conflitos de gênero ainda muito presentes nessas organizações. Sendo assim, a luta que envolve as plantas parece ter sido reservada aos espaços quase que exclusivamente femininos e, a partir disso, sendo significada como um espaço de resistência.

Aí, identificamos o que Melucci (1990) propõe como aspectos ligados à constituição de um movimento social. Ou seja, a solidariedade que envolve os atores, gerando reconhecimento mútuo; a identificação de adversários comuns; e o rompimento de limites de compatibilidade, significando a superação de determinada estrutura ou sistema. Movimento social, então, irá compreender um conjunto amplo de práticas sócio-político-culturais que objetivam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas relações sociais entre sujeitos e associações civis (SCHERER-WARREN, 1999).

A partir de estudos de caso nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Marques (2008) aponta que, com distintos graus de organização e articulação, muitas agricultoras através de sua ação cotidiana constroem alternativas que conjugam biodiversidade e saúde no desenvolvimento de processos de resgate e cultivo de plantas medicinais para utilização em trabalhos comunitários. A autora mostra que lentamente a ação que constrói tais processos penetra ‘outros mundos’, como o das políticas públicas para a agricultura e para a saúde. Também, a articulação crescente das experiências relacionadas às plantas medicinais direciona outras práticas sociais das mulheres que apontam para o resgate da cidadania, das preocupações com problemas ambientais, vislumbradas como oportunidades e vínculos entre distintas ações. Particularmente, criam possibilidades de ação estratégica com alguma capacidade de superação de limites, estabelecendo processos cognitivos individuais e coletivos para propor associações efetivas e simbólicas entre desenvolvimento, geração de renda, conservação do meio ambiente, dentre outras.

Os grupos de mulheres com os quais temos tido contato muitas vezes relatam que o trabalho com as plantas medicinais, em momentos e espaços específicos, tem funcionado como uma ‘ponte’ para a reflexão sobre o que denominam “questões de gênero”. Dentro de tais questões, obviamente, não desaparece o pano de fundo da luta “contra o patriarcado”, mas outros aspectos vão sendo delineados e percebidos. Dentre os assuntos abordados pelos grupos, destacam-se as reivindicações pela equidade de

gênero no meio rural; a oposição à introdução de organismos geneticamente modificados na agricultura (luta contra os transgênicos), a introdução do debate da sustentabilidade, da agroecologia e da soberania alimentar. No entanto, o tema mais recorrente e reconhecido como de difícil abordagem é o da violência contra a mulher⁸, identificado como muito presente nos lares rurais de todo o país.

As ‘plantas medicinais’ são consideradas ponto de partida e um tema agregador na medida em que fazem parte de um reconhecido (ou construído) universo feminino, no qual, conhecer as plantas e saber usá-las é motivo de orgulho e de auto valoração, ou seja, é um fator que contribui, sobremaneira, para o crescimento da autoestima. Assim, os relatos das mulheres apontam que “algumas companheiras tinham vergonha de falar, mas passam a participar quando o assunto é fazer remédios”. Alguns documentos produzidos pelo MMC, reproduzem trechos de relatos de mulheres que trazem esta dimensão do trabalho com as plantas medicinais, conforme reproduzido abaixo.

O MMC foi muito bom para mim porque aprendi muitas coisas boas, o modo de se alimentar, de se tratar e curar de algumas doenças de maneira natural sem precisar de remédios de farmácia. (MMC, 2008b, p.40).

O MMC me trouxe coragem de me expressar, de dar minha opinião, de resgatar minha identidade. [...]trouxe um despertar para as plantas medicinais, a produção ecológica e as sementes crioulas. (MMC, 2011, p.3).

O conhecimento sobre as plantas medicinais está relacionado ao

8 Os relatos das mulheres dão conta de que alguns avanços vêm sendo obtidos, inclusive, por ações do Estado, que têm disponibilizado sistemas de facilitação de denúncias e esquemas de proteção. Embora, este seja um tema sensível e fundamental no debate dos movimentos, o presente artigo não se propõe a aprofundá-lo, porém, reconhece que o assunto é da mais alta importância, seja do ponto de vista social e político, ou de uma perspectiva acadêmica.

papel feminino nas famílias, são as mulheres as principais disseminadoras da cultura de prevenção e tratamento de enfermidades (SANTOS, 2004). O interesse em atividades práticas também pode ser interpretado pela relação das mulheres trabalhadoras rurais com afazeres domésticos, estando a esfera discursiva e pública associada ao marido, além de outros elementos ligados à divisão sexual do trabalho.

Marques (2008) identifica que são as mulheres que mais conhecem as plantas e seus usos, e que é notável a maneira como elas trazem para si a responsabilidade de cuidar da saúde da família e da comunidade. A autora reporta que as mulheres, quando interrogadas sobre a motivação para iniciar trabalhos comunitários com plantas medicinais, respondem que se trata de uma consciência ecológica, tradição que vem das suas mães, responsabilidade com a saúde da família, mas também, apontam o envolvimento com a comunidade e a mobilização política. A maioria das mulheres conta que começou o trabalho através da participação na Pastoral da Saúde⁹, que é uma organização cívico-religiosa ligada à Igreja Católica, que atua em nível nacional, mas está organizada localmente, contando com centenas de agentes espalhados em todo território (MARQUES, 2008). Este aspecto é recorrente na atual pesquisa, sendo que as lideranças dos movimentos e os grupos mencionam com muita frequência que a organização das mulheres em torno das plantas medicinais e das práticas em saúde tem uma raiz nas ações e estruturas comunitárias iniciadas por dentro da igreja. Neste caso, não só a Católica, mas também Luterana, cuja presença é maior em regiões com presença de descendentes de alemães¹⁰.

Este “trabalho com as plantas” se concretiza em encontros presenciais sistemáticos com periodicidade definida, não raro em espaços físicos estruturados especificamente para isto, em geral chamados de “farmacinas”. Ali, são produzidos xaropes, tinturas, elixires, cápsulas, pomadas, cremes, sabonetes, xampus, artesanatos com uso de plantas aromáticas (almofadas, velas, aromatizantes para ambientes), dentre outros produtos fruto do conhecimento e criatividade. Há também grupos que mantêm área de cultivo comunitário de plantas, entretanto, observa-se que esta prática não vem sendo tão comum, muitas mulheres contam que as plantas são cultivadas em suas casas, sendo colhidas conforme a necessidade. As

9 Esta é uma organização religiosa está subordinada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
10 A região sul do Brasil, ainda no século XIX e início do século XX, recebeu grande contingente de imigração alemã, assim, existem muitas localidades onde esta influência é muito presente na arquitetura, culinária, religião, hábitos e, mesmo, na língua utilizada.

trocas de sementes e mudas entre as mulheres, além de representar uma prática corriqueira, também resultam em momentos de compartilhamento mais amplo, demonstrando, assim, as redes de produção e circulação de conhecimento da qual são parte. Uma muda sempre está relacionada a uma pessoa, a um espaço de referência e a uma aprendizagem.

Neste sentido, é importante fazer referência ao envolvimento dos grupos de mulheres em feiras e espaços públicos organizados na forma de ‘mostras da biodiversidade’, cada vez mais comuns em distintas regiões; às vezes, ligadas a eventos religiosos, festas comunitárias e, mesmo, a mostras e feiras agropecuárias de finalidade mais comercial. Nessas feiras, as plantas medicinais são parte da grande diversidade de outras plantas que também são cultivadas nos quintais familiares, em geral, também mantidos pelas mulheres. Estas relações parecem demonstrar que a saúde é compreendida de uma forma bastante ampla, estando articulada à preocupação com a alimentação, com as formas de cultivo ecológico, à segurança alimentar e nutricional e à esfera da autonomia¹¹.

A importância de ‘materializar’ a articulação das mulheres levou, por exemplo, o Coletivo de Mulheres do MPA a incluir, em 2008, uma meta específica para o estabelecimento de hortos com plantas medicinais dentro do “Projeto de Capacitação de Agricultores Familiares para a Transição do Modelo Agrícola”, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O projeto possibilitou a realização de 10 cursos formativos, com a posterior realização de visitas à cerca de 50 famílias e grupos, em 10 regiões do estado. O foco inicial era estabelecer unidades demonstrativas de tecnologias de base ecológica para produção agrícola, mas na maioria dos casos, as atividades foram direcionadas para o estabelecimento de hortos em formatos de mandalas (canteiros circulares) e espirais. Estes desenhos alternativos contemplavam as espécies a serem utilizadas na promoção da saúde humana, animal e vegetal. A avaliação do Coletivo é de que, com a construção dos hortos (que posteriormente evoluiu para a realização de oficinas também para a produção dos remédios e outros produtos), a luta feminina se “materializava”, criando oportunidades para mobilização das mulheres em torno da valorização do trabalho e mesmo do difícil tema da violência doméstica. O trabalho em regime de mutirão também é entendido como fator de coesão. Assim, é relatado pelas lideranças do movimento que: “ficou mais fácil para as mulheres saírem

¹¹ A autonomia proclamada pelas mulheres aparece relacionada à agência sobre a cura e sobre a promoção da saúde, contrapondo a noção de que são esferas de ação delegadas unicamente a instituições formais e/ou o Estado.

de casa, elas podiam voltar com algo concreto na mão”. Esta observação se refere ao fato de que ainda é difícil para muitas mulheres justificar o afastamento da casa em função de uma reunião ou um ato de mobilização política. Deste modo, reunir-se para plantar, para aprender sobre saúde e nutrição, para elaborar remédios e fabricar sabonetes, além dos objetivos imediatos relativos às melhorias na qualidade de vida, se transforma em estratégia de ação. Ou, nas palavras delas: “as plantas medicinais são a porta de entrada”.

Várias lideranças reconhecem que a abordagem das questões do gênero, muitas vezes, acontece a partir das plantas medicinais. Nossas interlocutoras afirmam que se começarem o trabalho de organização das mulheres falando sobre temas como a dominação masculina ou a violência conjugal, o resultado provável é o afastamento delas. Por outro lado, ao tratar do tema das plantas, da saúde e sua relação com o uso dos agrotóxicos, mencionam que a estrutura familiar estabelecida, com frequência, passa a ser questionada. As mulheres começam a interrogar algumas das decisões dos maridos no que tange à atividade agrícola e quanto as desigualdades nas tarefas domésticas. Reiteram, assim, o papel “libertador” do eu trabalho com as plantas e os remédios. Resgatamos uma das falas de uma integrante do MMC (captada durante a pesquisa), que conta sobre o seu trabalho com os grupos de mulheres no Litoral Norte.

Eu sempre chegava assim, com as plantas. Fazíamos reuniões cada 15 dias e, aí, eu dizia pra elas “olha só eu vim faz 15 dias e trouxe um monte de plantas pra vocês, mas vejo nos olhos de vocês que ainda estão tristes, vocês não sorriem...significa que as plantas não curaram vocês”. [...] Aí, começávamos a nos perguntar o que tínhamos que mudar. Na segunda vez, nós íamos um pouco mais fundo, dizendo “no final de contas vocês também são gente ou é só o homem que é gente?” Ishhh! Saía cada história! [...] E foi lindo de ver. Mulheres que se davam conta de repente que não era uma coisa, um instrumento de ninguém. Ah! Como foi lindo de ver elas se libertando! (ERICE, 2015).

3. As mulheres e o ‘cuidado’

As estratégias e conhecimentos das mulheres estão relacionados a um vasto conjunto de fatores por elas dominados, reproduzidos, adaptados e transformados, mas dependem da diversidade do ambiente circundante. É desta diversidade conhecida e, ao mesmo tempo, reproduzida e enriquecida, que emergem as soluções e os recursos para enfrentar crises e contingências. Neste repertório de conhecimento e ‘saber fazer’ é reconhecido um potencial para geração de renda, porém, hoje, diferentemente de outros tempos, as plantas medicinais parecem ter ficado em segundo plano quando o assunto é a busca de geração de renda para as mulheres. Por um lado, parece que haver certo consenso de que a geração de renda não virá pelas plantas, mantendo, assim, o espaço das ‘farmacinhas’ como de caráter comunitário. Por outro, nesses mesmos grupos, emerge a demanda pela realização de outras atividades dentro da ideia de geração de renda (e.g. produção ecológica, processamento ou agroindustrialização de alimentos) para as próprias mulheres, filhos e a família. Esta entrada na esfera do mercado, da produção, da gestão de novos elementos associados às instituições de regramento sanitário e de comercialização permite às mulheres desenvolver novas habilidades, mas para a preocupação com as consequências sobre sua qualidade de vida.

Os projetos de desenvolvimento, especialmente aqueles focados na obtenção de renda para as mulheres, têm como resultado, na maior parte das vezes, uma excessiva carga para as mulheres, dado que, como sinaliza Elson (1991), partem da noção de que o tempo das mulheres é “infinitamente elástico”. Assim, ao aumentar-se o tempo de trabalho ‘produtivo’ das mulheres, os resultados são uma maior carga laboral para elas, uma vez que os programas não consideram o trabalho ‘reprodutivo’ que elas cumprem no âmbito doméstico (PAULILO, 2004). Frente às estratégias que busquem dar um maior valor – tanto econômico como social – aos papéis fundamentalmente relegados às mulheres, as abordagens continuam focando a integração ao mercado por parte das mulheres: “esta carga, junto com outras atividades domésticas e reprodutivas, limita gravemente o tempo disponível das mulheres” (BANCO MUNDIAL, 2012, Módulo1, p.19, tradução e grifo nossos). Dentro da perspectiva desenvolvimentista, esse tempo disponível deveria ser empregado sob a forma de trabalho formal e assalariado fora do âmbito doméstico.

Por outro lado, nesta visão de desenvolvimento, as mulheres são vistas como instrumentos para o bem de outrem – família, crescimento econômico – e não como objetivo alvo do bem-estar e o desenvolvimen-

to delas próprias, o que traz como resultado, na maioria das vezes, uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade. Algumas das seguintes declarações, presentes em documentos do Banco Mundial, refletem esta visão, como no trecho reproduzido abaixo.

As evidências indicam que, quando as mulheres têm seus próprios ingressos, estes provavelmente sejam empregados em alimentos e necessidades dos seus filhos e filhas. As mulheres são geralmente as responsáveis pela escolha e a preparação dos alimentos, e pela atenção e alimentação das crianças. (BANCO MUNDIAL, 2012 Módulo1, p.15, tradução nossa)

Carvalho et al. (2008, p.434) consideram que há documentação suficiente de que existe um crescente ingresso da mulher em campos de trabalho reservados anteriormente ao homem. Entretanto, qualquer que seja o grau e tipo de participação da mulher no mercado de trabalho não tem mudado o típico cumprimento da ‘jornada dupla’, em outras palavras, os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos ainda recaem sobre ela na grande maioria dos casos.

Por outro lado, Appleton et al. (2011) discutem que, nos programas que relacionam desenvolvimento e conhecimento, geralmente as mulheres são vistas como recipientes de conhecimento, ao invés de geradoras dele, e o foco está sobre a transferência de tecnologias e treinamento para mulheres, através do fornecimento de equipamentos ou habilidades. Esta ênfase em ‘levar’ às mulheres necessárias oportunidades, tecnologias e competências de gestão diminui o exame (ou a consideração) de capacidades existentes. As autoras mencionam que os programas para as mulheres tendem focar a melhoria do status das mulheres, acesso a recursos, educação, treinamento, tomada de decisão e empoderamento em relação aos homens. Há pequeno exame crítico do valor do conhecimento das mulheres em relação a problemas identificados e recursos disponíveis no ambiente mais amplo, ou de integridade do conhecimento das mulheres como a esfera do conhecimento como seu próprio direito. Esta luta é especialmente uma luta pelo reconhecimento da forma como se geram os saberes e as práticas, neste caso, no que diz respeito às práticas camponesas.

A grande indústria pesquisa, ainda hoje, no meio do povo, das mulheres, estes conhecimentos [referindo-se aos saberes locais] e depois de referendados cientificamente são colocados à venda para a população, como se fossem eles os inventores. Ainda, tem uma lei chamada Lei de Patentes que protege os laboratórios e as indústrias como um todo. [...] Nós do Movimento de Mulheres Camponesas entendemos que o conhecimento não é descoberto apenas em laboratórios. Nós acreditamos que o conhecimento é construído pelas pessoas através das atividades desenvolvidas individual e comunitariamente no ambiente social. Normalmente, isto acontece numa atitude de respeito à natureza, pois entendemos que o universo é a casa de todos os seres vivos. (MMC, 2008, p.28)

Este aspecto relacionado ao conhecimento das mulheres é trazido aqui com dois intuitos, o primeiro se refere ao próprio ‘lugar’ destinado às mulheres no processo de desenvolvimento e que, por sua vez, está relacionado ao debate do ‘cuidado’ como papel e saber feminino. Segundo Appleton et. al (2011) as relações entre homens e mulheres culturalmente construídas afetam a hierarquia de acesso, uso e controle resultantes diferentes percepções e prioridades para inovação e seu uso da tecnologia.

O caso da modernização e o incremento tecnológico da agricultura podem ser vistos como um bom exemplo disso. Os discursos que promovem tais mudanças sempre contemplam entre suas benesses uma mudança na condição da mulher ao longo do processo, porém, a tecnificação do campo apenas contribuiu para a manutenção da condição subalterna da mulher. Esse fenômeno foi observado na produção de leite no estado do Paraná, onde, à medida que a produção de leite foi sendo modernizada e as famílias mercantilizando a produção, a atividade deixa de estar sob domínio das mulheres, passando ao controle masculino (DESER; CEMTR/PR, 1996).

Scott (2011) vai apontar que, dentro do conjunto de princípios universais propostos pela modernização, a versão masculina de modernidade tornou-se predominante, com as mulheres permanecendo invisíveis, tratadas paternalisticamente ou usadas como critério para determinar o grau de atraso, especialmente no terceiro mundo. Como isto a condição das

mulheres passa a ser utilizada como uma marca, um critério que diferencia o ocidente moderno e o não ocidental tradicional. Em outras palavras, uma civilização moderna encoraja a racionalidade, o cálculo, o comportamento individualista, isto acompanha a transformação do homem tradicional e também reforça a necessidade da manutenção de uma rígida fronteira entre o que masculino e o que é feminino (SCOTT, 2011, p.297).

O mundo da família (a esfera doméstica) é colocado em oposição ao do mercado e da tecnologia, estes sim signos modernos. Isto leva a um raciocínio ‘lógico’ de que o masculino é sinônimo de racionalidade, e ao feminino é designada a paixão e o instinto (e.g. da maternidade). Esclarecemos, aqui, que não se está relacionando necessariamente o feminino exclusivamente às mulheres ou o masculino aos homens. No entanto, se faz notar, entre as mulheres que têm sido nossas interlocutoras (dos movimentos e grupos), que a delimitação entre o que é masculino e o que é feminino é bastante relacionada ao mundo dos homens e ao das mulheres. Esta divisão parece compor um processo de ordenamento e de justificação das ‘causas’ das mulheres, ao mesmo tempo em que impregna a própria concepção de desenvolvimento. Uma liderança de um dos movimentos nos disse em certa ocasião (setembro, 2013): “plantas medicinais é um todo, faz parte de uma outra visão de desenvolvimento, outra compreensão, e é uma compreensão feminina¹²”.

No que se refere às mulheres agricultoras algumas particularidades podem ser levantadas. Siliprandi e Cintrão (2011) constatam que estas mulheres têm dificuldades, por exemplo, de se inserir nas atividades de comercialização, em função de as suas atribuições ‘de gênero’ serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado. Também, corroboram com Paulilo (2011) no entendimento de que, na agricultura familiar, a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, sendo uma e outra (família e trabalho) organizadas, em geral, a partir de uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho. Deste modo, as atividades domésticas e de reprodução (e de cuidados) da família são normalmente designadas às mulheres adultas, sendo designados aos homens os espaços ditos produtivos e de geração de renda, os espaços públicos.

Paulilo (2011), em pesquisa sobre os movimentos de mulheres rurais nos três estados do sul do Brasil, observou os movimentos autôno-

12 Percebe-se no conjunto de discursos e, inclusive, em momento de debate público que ‘feminino’ está associado ao que é justo, bom e ético; masculino incorpora, ao contrário, valores a serem combatidos, inclusive com o patriarcado e a violência contra mulher aparecendo como resultado do capitalismo.

mos¹³, o movimento sindical e movimento de mulheres ligadas ao MST. Ao analisar a hierarquização das questões de classe e gênero encontrou significativas diferenças entre os movimentos. Enquanto os movimentos sindicais e o MST enfatizam as questões de classe, sendo as mulheres parte desta classe, os movimentos autônomos se dedicam mais às questões de gênero, no sentido de dar prioridade ao que preocupa as mulheres no seu dia a dia. Assim, a autora identifica:

que os movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar têm um modelo de participação política machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem seguir à risca. Também, esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas (PAULILO, 2011, p.239-240).

A referida pesquisa, cujo segundo objetivo era observar rupturas e consensos entre os movimentos, mostra que uma líder nacional do MST caracterizou as metas do seu movimento como reforma agrária; as mulheres dos sindicatos como agricultura familiar, e os movimentos autônomos como saúde. Veja-se que os objetivos dos dois primeiros grupos são comuns a homens e mulheres, enquanto a saúde sempre foi considerado ‘assunto de mulher’ (PAULILO, 2011, p.241).

Quando o tema da saúde é evocado pelas mulheres rurais, o ato de cuidar emerge forte como aglutinador dos elementos anteriormente citados: diálogo, atenção, luta e mobilização. No 3º Encontro Estadual de Mulheres do MPA (Santa Cruz do Sul, outubro, 2013) uma das lideran-

13 A autora entende por movimento autônomo de mulheres aqueles que não recebem apoio financeiro estável de nenhuma instituição ou outro movimento. Nacionalmente eles se agrupavam, à época da pesquisa, sob a sigla Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), atualmente, podem ser identificados com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Nossa pesquisa engloba o Coletivo de Mulheres do MPA que, embora não autônomo propriamente dito, guarda algumas características de autonomia, na medida em que surge porque as mulheres não sentiam suas lutas por igualdade de direitos e pelo fim da opressão representadas no conjunto das pautas do MPA. Já, o Setor de Saúde do MST mantém a proposta de ser um grupo de trabalho misto, embora a muitos dos membros sejam mulheres.

ças fala, estimulando as mulheres: “nós somos lutadoras, nós estamos na roça, produzindo comida limpa e saudável, isto é ser lutadora, tanto quanto quem está lá na luta”. Mais especificamente, quando o tema se volta para as plantas medicinais, a partir das observações nos grupos de mulheres, se nota uma continuidade entre produzir saúde (produção agrícola) e promover saúde (produção de remédios). Aí, aparece, além da noção de que é papel das mulheres cuidar das pessoas, seja as do seu entorno comunitário ou as distantes (consumidores), mas também “cuidar da terra”. Reiteradas vezes, o cuidado com a ‘natureza’, cuja essência é reivindicada como feminina, é mencionado ou evocado em termos de motivação para “a luta”, de aspectos místicos e religiosos, mas também como uma responsabilidade das mulheres, uma vez que a elas compete o cuidar.

Outra pesquisa, realizada por Bruno et al. (2011) apreende representações e valores entre integrantes de grupos produtivos em assentamentos de reforma agrária em diferentes regiões brasileiras. Os autores, ao questionar homens e mulheres sobre “o que significa de ser mulher”, com muita frequência, encontraram convergências na construção de representações a partir da responsabilidade delas como mães e donas de casa, sendo recorrente o ‘cuidar’ como algo que emana do ‘natural’ cuidado relacionado aos filhos. Uma das mulheres responde: “ser mulher é ser guerreira. É carregar a família nos ombros” (BRUNO et al., 2011, p.77).

As mulheres assentadas não separam o espaço do doméstico (família, marido, filhos) do espaço da política, representado basicamente pelas ações ligadas à luta pela terra (BRUNO et al., 2011). Estas dimensões aparecem como indissociáveis, neste sentido se pode entender que a prática social das mulheres que se engajam nos movimentos e nos grupos organizados (os estudados por nós, em torno das plantas medicinais) parece redefinir algumas fronteiras entre a ação pública e a privada. Palavras de ordem, ouvidas por nós no Encontro de Mulheres, davam conta de deixar claro: “a gente quer decidir sobre a própria vida [...] por vida e soberania alimentar, basta de violência contra a mulher”.

Assim, como constatado por Erice (2015), para o MMC só a agricultura ecológica não é uma solução, pois acrescentam a necessidade de que esta seja feminista, entendida como um modo de vida que “implica no modo de ser e se relacionar socialmente no campo” (MMC, 2008, p.30). A necessidade de que a agricultura seja ecológica e feminista está justificada por uma leitura histórica feita por parte das mulheres, na qual o

papel da mulher como a “guardiã” das sementes e os saberes é realçado e valorizado: “nesta época [pré-história] havia uma estreita relação entre cuidar da vida, da saúde e da natureza. A mulher era portadora de uma sabedoria imensa a esse respeito e esse conhecimento fez com que a mulher desenvolvesse um papel determinante na sociedade” (MMC, 2013, p.1). O papel da mulher é ressignificado e colocado como central para o bem-estar familiar e da comunidade como um todo, outorgando-lhe visibilidade e reconhecimento social. Este papel está muito relacionado com a questão da saúde, como observado nos diversos grupos pesquisados. Para o MMC, a saúde quer dizer “construir um modo de vida digno” e “tem que ver com a alegria, o bom humor, a respiração, o sono, as caminhadas, os exercícios físicos, o lazer saudável, a conversa, o diálogo, o carinho e o afeto para com os outros” (MMC, 2008, p.47). Elas constroem esta luta por saúde em oposição ao “projeto da modernidade, pelo qual a construção de relações se dá em função do lucro, e não pela promoção da vida em todas suas dimensões” (MMC, 2008, p.17).

Esta responsabilidade com os cuidados torna-se a base de diversos programas de desenvolvimento (que vão desde os microcréditos até o programa Bolsa Família do Governo Federal) os quais apoiam – e fomentam – a ideia de que as mulheres são mais responsáveis no que diz respeito à administração dos recursos familiares e à atenção aos filhos (LARRACOECHEA, 2011). Esta visão tem sido criticada desde uma ótica feminista, pois “a maneira como as mulheres são incorporados a esses programas tem a ver com a lógica de que as mulheres tendem a priorizar o bem-estar dos outros, antes do próprio e também são propícias para oferecer o seu trabalho voluntariamente” (LARRACOECHEA, 2011, p.17, tradução nossa), cujo resultado é uma maior carga para as mulheres.

Não obstante, Marques (2008) destaca que, muitas vezes, são as próprias mulheres as que trazem para si a responsabilidade dos cuidados para com a família e para com a comunidade, identificando nestas tarefas uma forma de envolvimento e mobilização política. Dona Maria, coordenadora de uma das farmacinhas, expressa com orgulho, a respeito do seu trabalho no grupo, que: “Eu faço isto por amor à camiseta” (Dona M. em 19/05/2013).

Seria muito difícil estabelecer relação entre a desvalorização do papel do cuidado e o menosprezo pelas tarefas associadas ao sexo feminino, além do que pode haver o risco de se chegar a uma constatação de caráter determinista. Todavia, tomado o ‘cuidar’ a partir de uma perspectiva mais

ampla, um ponto que se pode trazer para o debate é que o papel do cuidado extrapola o âmbito doméstico, passando a comunitário, e depois como espaço profissional. Podemos avançar na noção do ‘cuidar’, como um ato que congrega dimensões de atenção, companheirismo, diálogo, escuta e mobilização social. Dessa forma, como bem afirma Pedrosa (2007, p.97), “o cuidar do Outro é um constante exercício de solidariedade que afirma cotidianamente a possibilidade de afirmação da vida”. É assim que considerar os cuidados e o trabalho comunitário como um ato de mobilização política questiona a maneira como se percebe a política entendida só nos espaços públicos e legitimados (ERICE, 2015). As mulheres apresentam, aqui, outra forma de fazer política, diferente (mais uma vez) da visão universalista e homogeneizante dos parâmetros de desenvolvimento, que avaliam o desenvolvimento enquanto igualdade de gênero¹⁴ pela participação das mulheres nos espaços políticos formais e produtivos.

O cuidado antes circunscrito à família se estende também ao grupo. Os espaços que conseguem se manter, as chamadas farmacinhas, são locais ‘cuidados’, organizados, limpos, decorados cuidadosamente, são locais aprazíveis e de encontro. Também, com frequência é onde as pessoas da comunidade chegam para receber orientações sobre saúde e nutrição, além dos remédios. Estes últimos uma espécie de materialização do cuidado, do saber e do trabalho, considerando que são produzidos coletivamente pelas mulheres. Do grupo, as mulheres ‘saem’ para o movimento, adentram em questões sensíveis não só para si, mas para um coletivo muito mais amplo. A luta se estende da roça à praça pública, o chá sai da cozinha da casa e ganha a rua.

4. Reposicionamento das mulheres: avanços e desafios

Ao longo da última década, sem dúvida, as lutas das mulheres rurais, o amadurecimento dos movimentos e dos processos de organização, além da ampliação no leque de políticas públicas no Brasil, desencadearam avanços. Paulilo (2011) menciona que, entre os avanços, estão um melhor reconhecimento do trabalho da mulher e a ampliação de programas de documentação e aposentadoria¹⁵.

14 Os parâmetros empregados para avaliar o desenvolvimento no que tange à equidade de gênero são baseados em três aspectos: o acesso das mulheres à educação, o acesso ao trabalho assalariado e à participação política nos espaços políticos formais.

15 Paulilo (2011) chama a atenção que ainda falta muito para a ampliação do número de mulheres com acesso e titularidade da terra. Poucas mulheres recebem a terra por herança, uma vez que são priorizados os filhos homens, assim, muitas continuam

O processo percorrido por estas mulheres, tanto no que diz respeito à sua maior presença na vida pública, quanto ao seu maior envolvimento em redes mais amplas ou o aumento da sua autonomia e autoestima, não necessariamente se dá de forma tranquila para dentro de muitas famílias. As novas experiências vivenciadas pelas mulheres e que não raro ampliam sua autonomia acabam por promover o que Siliprandi e Cintrão (2011) afirmam como mudanças no papel social destas mulheres, para além da rotina de trabalho. Isto nem sempre é bem assimilado no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida pública. De acordo com Paulilo (2003, p.192, apud. SALAVARO, 2014).

seria inocência pensar que uma maior liberação feminina não entrará em choque com uma organização familiar na qual tradicionalmente o papel da mulher foi o da parte subordinada, pelo menos na esfera pública, espaço que foi muito importante para os movimentos feministas [...].

A fala de uma das lideranças, durante o Encontro Estadual de Mulheres, é exemplo do incentivo às mulheres para que estabeleçam estratégias de geração de renda como caminho para a autonomia:

sistema camponês é sistema diversificado, tudo relacionado. Ter o controle é o sistema, controle das sementes. O que a gente tem que fazer é retomar o controle [...] industrializar, fazer compota, artesanato [...] o que a gente faz na cozinha.

As nossas observações levam a perceber que as mulheres estão envolvidas em inúmeras atividades, especialmente aquelas que já romperam as primeiras barreiras da entrada na vida pública. No entanto, os seus relatos dão conta de uma sobrecarga de trabalho e de responsabilidades.

accedendo à terra apenas por casamento. Além disso, frente ao mundo institucional (e.g. bancos, políticas públicas) ainda são os homens que majoritariamente respondem pela ‘chefia da família’. Este não é o foco deste trabalho, mas não se pode deixar de considerar que estas questões ainda estão em aberto; e que, especialmente, o acesso à terra por parte das mulheres pouco tem aparecido entre as pautas principais do movimento.

Por exemplo, quando manifestam sua “paixão” pelas plantas medicinais, o “prazer” de reunirem-se para elaboração dos remédios e “falarem das suas coisas”, imediatamente fazem referência, com pesar, à falta de tempo para tais atividades antes mais presentes no seu cotidiano

Paulilo (2011, p.249) afirma que há pouca insistência para que as mulheres tenham sua própria conta no banco; no máximo, há insistência de que a tenham em conjunto com o marido. Persiste a ideia de que a renda é familiar, o que pressupõe distribuição igualitária entre membros. Permanece intocada a imagem da família rural como um todo coeso, tão cara aos órgãos de extensão rural e às igrejas, grandes incentivadoras dos movimentos sociais no campo, e junto aos quais a quase totalidade das militantes iniciou sua trajetória.

Mesmo considerando que o trabalho das mulheres está menos ‘invisível’, é quase unânime, entre os relatos das mulheres dos grupos que temos tido contato, a constatação de que só entraram novas atividades no cotidiano de trabalho, nada saiu. Isto parece indicar que os avanços não retiraram a maioria das mulheres do ‘circuito do cuidado’. Muitas delas, para viabilizar suas participações em atividades “fora de casa”, acordam de madrugada, fazem todo o serviço doméstico e algumas tarefas produtivas (tirar leite é uma das mais típicas), deixam a comida pronta para a família para, então, caminhar, tomar um ônibus e ir ao encontro das outras mulheres para realizar reuniões, formações, capacitações ou trabalhos em mutirão (aqui ressaltados os trabalhos de elaboração de remédios).

No caso das plantas medicinais, os produtos delas derivados têm sido também utilizados para manter o movimento. A fala de uma das agricultoras (setembro, 2013) corrobora com isto: “o Coletivo [do MPA] precisa de auto-sustento e as plantas medicinais entram nesta vasta lógica de auto-sustentar o movimento”. Assim, há uma parcela de ‘doação’ das mulheres na medida em que necessitam doar seu tempo e trabalho para gerar recursos para financiar o movimento (também peças de artesanato contribuem para geração de recursos).

Durante a pesquisa em campo, percebemos que a demanda por geração de renda tem sido suprida por outras atividades como a panificação, artesanato, preparo de conservas, preparo de refeições (com pretensão de evolução para restaurante), feira de produtores. O espaço reservado ao trabalho com as plantas medicinais segue sendo realizado de forma comunitária e não rentável. Esta estratégia tem relação direta com a normatização e restrições relacionadas aos fazeres com as plantas, mas também diz res-

peito a outras dimensões. Uma das mais relevantes é a motivação última para a mobilização política, como é também o aumento da autoestima, a aquisição e compartilhamento dos conhecimentos e, sobretudo, a possibilidade de se reunir e discutir questões relacionadas a gênero, dado que, como comentamos anteriormente, estes espaços são a porta de entrada para repensar o papel da mulher, a sua politização, e são espaços ‘seguros’ onde se pode tratar destas e outras questões consideradas delicadas como sexualidade e violência.

Nesse sentido, o que está em jogo é uma proposta que vai além da geração de renda e modelos de desenvolvimento que se sustentam em estatísticas e índices de crescimento econômico, é a proposta de um projeto de vida. Trabalhar com plantas medicinais e todas as atividades delas decorrentes está inserido num circuito de dádivas e principalmente de fortalecimento de relações. Como destacou uma das mulheres, integrante de uma das farmacinhas ligadas ao MMC:

Aqui, é doação, tem que se doar, é como sempre falo, sem a gente se doar isso aqui não existiria. Tem pessoas aí fora que dizem que a gente ganha algo, ganha dinheiro. Mas, como é que nós vamos ganhar dinheiro, se a proposta não é essa?

Essa fala, em ressonância tantas outras, mostra que estas mulheres, por um lado, estão preocupadas com estratégias que venham a aumentar suas rendas familiares, por outro, mantêm atividades com as plantas porque acreditam que existem elementos tão importantes quanto a reprodução econômica das famílias.

É admirável a força de vontade que identificamos entre as mulheres que se comprometem com ‘a luta’. A este respeito, poderíamos diferenciar a ação das lideranças e assessorias dos grupos e movimentos, uma vez que ocupando estas posições as mulheres passam a uma condição de ‘profissionais’, ou seja, muitas vezes a maior parte do seu tempo é dedicada às atividades de organização, formação, mediação, elaboração e representação. Assim mesmo, uma boa parte delas mantêm atividades produtivas ou de ‘ajuda em casa’.

Weitzman (2011) aponta que o incentivo à participação ativa das mulheres na esfera produtiva precisa ser acompanhado por uma problematização da divisão sexual do trabalho, sendo que há uma tendência de

escamotear a sobrecarga de tarefas que as mulheres acumulam a partir do seu envolvimento nos dois campos – produtivo e reprodutivo. Em outras palavras, ainda é forte uma cultura organizacional que opera com base em valores tradicionais patriarcais, seja por parte do Estado, quando na documentação oficial faz prevalecer o nome do ‘chefe de família’ (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011; PAULILO, 2011), seja no âmbito doméstico e dos ‘cuidados’, onde a responsabilidade da mulher para com a casa e a família fala sempre mais alto.

Em diálogo com mulheres que são lideranças ou assessoras do MST, e que atuam no setor de saúde, ouvem-se relatos de que os problemas de saúde vêm mudando nos assentamentos. Naqueles mais consolidados e que, portanto, contemplam muitas atividades voltadas para o mercado, as mulheres, atualmente, estão reivindicando profissionais da educação física. Tal solicitação pode parecer incomum entre mulheres rurais. Mas, segundo elas, a ideia por trás disto é de que precisam receber orientações apropriadas para atividades físicas, já que há um grande número de mulheres obesas, com sobrepeso, hipertensão e diabetes. Também, elas reportam um crescente desinteresse ou desmobilização em torno das plantas medicinais, atribuindo: primeiro, à falta de tempo das mulheres em função de que “elas têm muito trabalho”; em segundo lugar, à maior presença das estruturas estatais de saúde, atendimento médico e acesso a medicamentos fornecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) por exemplo. Muito embora reconheçam que ainda está muito aquém das necessidades, especialmente em locais mais distantes dos centros urbanos, as lideranças pensam que o acesso à medicina “convencional” pode estar contribuindo para a desmobilização em torno do trabalho comunitário com as plantas medicinais. Esta observação das mulheres do movimento corrobora as nossas, uma vez que temos observado que, nos últimos dez anos, os grupos que se dedicavam ao tema das plantas medicinais diminuíram em número de mulheres, e na intensidade de seus trabalhos.

Os avanços das lutas das mulheres e das políticas públicas no que tange à retirada do trabalho feminino da zona da invisibilidade; ao reposicionamento social das mulheres na família e na comunidade; assim como da valorização e o reconhecimento do papel do cuidado são todos aspectos que podem ser entendidos como ampliação da autonomia e igualdade. Por outro lado, ainda são muitas as contradições que daí emergem e desafiam a construção deste ‘novo’ sujeito, usando um termo recorrente, a “mulherada”.

5. Considerações Finais

Com este trabalho buscamos problematizar o papel feminino do ‘cuidar’ a partir da observação de grupos de mulheres organizados em torno do tema das plantas medicinais. Os grupos ligados aos principais movimentos camponeses brasileiros (MST, MPA e MMC), e que desenvolvem trabalhos comunitários em saúde, são perpassados por questões mais amplas relacionadas à luta das mulheres por autonomia e igualdade. Assim, os trabalhos desenvolvidos pelos movimentos e pelos grupos, tendo as plantas medicinais como porta de entrada, se convertem em espaços de ação coletiva, de politização e de conscientização das mulheres.

O cuidado como papel feminino, construído como um ‘universal cultural’, embora assuma distintas nuances segue sendo entendido (e, muitas vezes, naturalizado) como sendo uma ‘tarefa das mulheres’. No entanto, o que buscamos mostrar é que este ‘cuidar’ vai assumindo um caráter ampliado na medida em que as mulheres incorporam preocupações com temas como a soberania alimentar, perda de biodiversidade, a sustentabilidade e autonomia na produção agrícola. Assim, o cuidado supera a esfera familiar e, depois, a comunitária para alcançar responsabilidades com o global, são elas que deverão guardar as sementes, cuidar do planeta e imprimir outro ritmo ao desenvolvimento. No entanto, a organização social familiar pouco muda (ou muda vagarosamente), e as mulheres assumem novas frentes, representadas pela vida pública, mas seguem ‘comprometidas’ com a vida doméstica. Esta ‘dupla jornada’ parece estar sobrecarregando as mulheres rurais, incorporando-as em uma lógica de restrição de tempo e maior individualismo.

De certa forma, tais contradições (talvez, do próprio processo de desenvolvimento de caráter modernizante ocidental) imprimem a necessidade de intensificar a mobilização. Elas acabam chamando para si também a tarefa de cuidar dos seus movimentos, dos seus espaços de encontro e diálogo. Assim, parece que o cuidado cria um paradoxo, uma espécie de armadilha para as mulheres na medida em que ele pode ser gerador de coesão nos grupos e movimentos, ao mesmo tempo em que se torna extremamente exigente em trabalho e responsabilidade. De tal forma, que pode, até mesmo, criar desmobilizações.

O fato de propor um debate sobre continuidades e descontinuidades no papel ‘cuidador’ da mulher, em hipótese alguma, está duvidando ou questionando a ampliação da participação ativa das mulheres nos processos relacionados ao desenvolvimento, ou mesmo mais restritamente, na

vida econômica da família e das localidades. O que se buscou ressaltar é a necessidade de se refletir sobre o fato de que elas seguem sobrecarregadas, agora também porque cuidam de si mesmas, das suas companheiras, do ambiente e assim por diante, sem, contudo, deixar de lado o que já cuidavam antes.

Questionávamos inicialmente se cuidar é coisa de mulher; no entanto, podemos avançar nos perguntado também, por que cuidar é coisa de mulher? Um possível caminho em direção a uma resposta nos indicam as próprias mulheres com quem estivemos trabalhando já que, apesar de toda sobrecarga que os projetos de desenvolvimento legaram às mulheres ao incorporá-las como força produtiva sem desonerá-las de atividades domésticas, o cuidado continua sendo para elas, um elemento de estratégia política. O cuidado envolto nas atividades com as plantas medicinais é uma proposta de vida, não apenas uma esfera dela. Ao cuidar, se doa tempo, afetos, carinhos, palavras, práticas que, muitas vezes, aparecem vulgarizadas e minimizadas diante do imperativo desenvolvimentista. E doar-se também significa investir em pessoas e em relações. O que está em jogo para essas mulheres é a primazia da relação.

Com isso, o desafio delas já não nos parece tão ‘delas’, é muito mais um compartilhamento de todas nós, uma proposta de vida para além das mulheres, de afetos múltiplos. De imediato parece que afetar aos homens é mister, pois, se as oportunidades e acessos se ampliaram para as mulheres, ainda falta muito para desconstruir certos privilégios e constructos arraigadamente masculinos. As mulheres vão saindo para o espaço público, mas aos homens parece faltar certa disposição de adentrar e participar do mundo privado, do doméstico. E para isso talvez devamos refazer nossa questão inicial e nos perguntarmos: cuidar pode ser coisa de homens e mulheres?

Referências

APPLETON, H.; FERNANDEZ, M. E.; HILL, C. L. M.; QUIROZ, C. Gender and Indigenous knowledge. In: HARDING, S. The Postcolonial Science and Technology Studies Reader. Durham: Duke University Press, 2011. p. 211-224.

BANCO MUNDIAL. Agricultura y Desarrollo Rural. Manual sobre género en Agricultura. Washington D.C.: World Bank, 2012. 979 p.

BRUNO, R.; AQUINO, S. L. DE; JALIL, L.; WESZ JR., V. J.; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 55-84.

CARVALHO, A. M. A.; ALMEIDA, M. A.; CAVALCANTI, V. R. S.; BASTOS, A. C. de S. Mulheres e cuidado: bases psicológicas ou arbitrariedade cultural? Paidéia, Ribeirão Preto, v.18, n.41, p. 431-444, 2008.

DAGNINO, E. 2000. Cultura, cidadania e democracia – A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 61-102.

ECKERT, P; MCCONNELL-GINET, S. Constructing meaning, constructing selves: Snapshots of language, gender and class from Belten High. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~eckert/PDF/ConstructingMeaning.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2012.

ELSON, D. Male bias in the Development Process. Manchester University Press, Manchester and New York, 1991. p.215.

ERICE, A. S. Espaço de vida, espaço de luta. Um estudo etnográfico da Farmacinha Comunitária da Solidão, em Maquiné, RS. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2015.

LARRACOECHEA, E. Ciudadanía Cero? El hambre cero y el empoderamiento de las mujeres. Matagalpa, Nicaragua: Grupo Venancias, 2011. 225 p.

MARQUES, F. C. Biodiversidad y Salud: casos de trabajos comunitarios de mujeres agricultoras en la Región Sur de Brasil. VIII Congreso Científico de Sociedad Española de Agricultura Ecológica, 2008, Bullas, España. In: Anais..., Bullas, España, 2008. Disponível em: <<http://www.agroecologia.net>>. Acesso em: 10 dezembro 2008.

MELLUCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas socieda-

des complexas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2960 de 09 de dezembro de 2008 (Aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html>. Acesso em: 13 abr. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 971 de 03 de maio de 2006 (Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde). Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/legislacao/portaria971_03_05_06.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2006.

MMC. 1º Encontro Nacional do Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. Cartilha do evento, 2013. 4 p.

MMC. Mulheres camponesas em defesa da Saúde e da Vida. Chapecó, 2008. 56p.

OMS. Estratégias de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.

SANTOS, T. de J. S dos. A importância do uso de plantas medicinais e a saúde das mulheres rurais. Jornal da Rede Feminista de Saúde, n.26, p. 25-28, 2004.

SCHAAF van der A. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, n.10, p.412-442, 2003.

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 95 p.

SCOTT, C. V. Tradition and Gender in Modernization Theory. In: HARDING, S. The Postcolonial Science and Technology Studies Reader. Durham: Duke University Press, 2011. p. 290-309.

SILIPRANDI, E. C.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua par-

ticipação no PAA. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.153-191.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL. PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos. Brasília: MDS; SESAN, 2014. p. 114-151.

WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural”. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.87-111.

